EXTRATO DA PORTARIA N.º 221/2017-MP/PJCCOT

PORTARIA n.º 221/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º 03201651000029-1, lavrado contra M.B. S.A., até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.

Belém, 06 de setembro de 2017.

MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA

2.ª Promotora de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 239447

EXTRATO DA PORTARIA N.º 223/2017-MP/PJCCOT

PORTARIA n.º 223/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º 03201651000036-4, lavrado contra M.B. S.A., até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.

Belém, 06 de setembro de 2017.

MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA

2.ª Promotora de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 239451

EXTRATO DA PORTARIA N.º 226/2017-MP/PJCCOT

PORTARIA n.º 226/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º 032015510000786-7, lavrado contra M.B.I.C. LTDA, até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.

Belém, 06 de setembro de 2017.

MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA

2.ª Promotora de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 239459

PORTARIA N.º 478/2017-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DULCELINDA LOBATO PANTOJA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 7874/2014-MP/PJG, de 9 de dezembro de 2014,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de férias por servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	Nº DE DIAS	EXERCÍCIO	PERÍODO
ADRIANO HENRIQUE TARGINO	30	2014/2015	22/05 a 20/06/2017
ALLAN RODRIGO DIAS MESQUITA	30	2016/2017	26/06 a 25/07/2017
ANA CAROLINA VIEIRA BEZERRA GOMES	30	2016/2017	18/09 a 17/10/2017
ANDRE LEAO ROCHA	30	2016/2017	08/05 a 06/06/2017
ANTONIO DE PADUA SOUTELLO BECHARA	5	2012/2013	11/09 a 15/09/2017
BARBARA NASCIMENTO MOURA CALIL	27	2016/2017	19/06 a 15/07/2017
CELIA MARIA DE MOURA BRITO	20	2016/2017	25/07 a 13/08/2017
CHRISTIANE TEIXEIRA DA SILVA FUJUYAMA	30	2016/2017	07/08 a 05/09/2017
EDYLAINE CRISTINA ARAUJO PINHEIRO	3	2013/2014	01/03 a 03/03/2017
ELAINE CAROLINE MARTINS DE SALLES GUIMARAES	30	2016/2017	21/08 a 19/09/2017
EUNICE ROSA FILGUEIRA DE MELO	30	2016/2017	29/05 a 27/06/2017
FILOMENA MARIA PEREIRA	19	2016/2017	23/08 a 10/09/2017
IVAN NAZARENO PEREIRA DA SILVA	30	2016/2017	20/04 a 19/05/2017
JOCILENE FIALHO DA SILVA	30	2016/2017	17/07 a 15/08/2017
KAREN BALDISSERA	30	2016/2017	20/04 a 19/05/2017
KELLE CRISTINA FORTUNATO DA COSTA	16	2015/2016	05/06 a 20/06/2017
LAYS FAVACHO BASTOS	30	2014/2015	20/04 a 19/05/2017
LORENA DE SOUZA MELO CORREA	30	2016/2017	17/07 a 15/08/2017
LUCIA DA COSTA FLORENZANO	9	2016/2017	04/09 a 12/09/2017
MARCELO DAYAN DE CASTRO SILVA	30	2016/2017	04/09 a 03/10/2017
MARCIO HENRIQUE FREITAS DA CUNHA	19	2016/2017	18/09 a 06/10/2017
MARCO AURELIO DE NAZARETH CARVALHO DE LIMA	22	2016/2017	01/06 a 22/06/2017
MARCOS PAULO NASCIMENTO SILVA	30	2015/2016	23/01 a 21/02/2017
MARIA DE FATIMA DA CRUZ CRESCENTE	15	2014/2015	18/04 a 02/05/2017
MARIA TEREZINHA DE JESUS QUARESMA DE MIRANDA	25	2015/2016	09/01 a 02/02/2017

MARIANA FARIAS CAVALLEIRO DE MACEDO PEREIRA	30	2016/2017	29/03 a 27/04/2017
MESEC SANTOS MENDES ALMEIDA	30	2014/2015	04/09 a 03/10/2017
NATARA THAIS GURGEL MAGALHAES AIRES	22	2016/2017	25/09 a 16/10/2017
OZENILDO BAIA DE SARGES	30	2016/2017	03/08 a 01/09/2017
OZILEA SOUZA COSTA	16	2012/2013	15/05 a 30/05/2017
REJANE DE CASSIA MACEDO DA SILVA SANTOS	20	2015/2016	02/05 a 21/05/2017
RENATO LENO CUNHA ALMEIDA	30	2015/2016	13/03 a 11/04/2017
ROBSON LIMA MEDEIROS	30	2013/2014	29/05 a 27/06/2017
ROSEMARY BARROS DE OLIVEIRA E SILVA	20	2016/2017	04/09 a 23/09/2017
RUI AFONSO MACIEL DE CASTRO	19	2016/2017	02/05 a 20/05/2017
SHIRLEY DO SOCORRO COSENZA DUARTE	30	2015/2016	05/06 a 04/07/2017
SIMY DE ALMEIDA CORREA	8	2016/2017	19/06 a 26/06/2017
SUELY DO SOCORRO BRAGA DE SOUSA	30	2016/2017	05/06 a 04/07/2017
VALERIA LUCIA SILVA PAPALEO PAES	30	2016/2017	29/06 a 28/07/2017
VERA REGINA CAMPOS SERRA	30	2016/2017	14/06 a 13/07/2017
WALBER FERREIRA DA CONCEICAO JUNIOR	30	2016/2017	21/08 a 19/09/2017
WANDERLAN DE MELO BRITO	30	2016/2017	12/06 a 11/07/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 10 de outubro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa

PORTARIA N.º 480/2017-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJG, de 24 de julho de 2013,

R E S O L V E :

CONCEDER à servidora abaixo relacionada Licença-Maternidade, com fulcro no artigo 88 da Lei nº 5.810/1994:

NOME	PERÍODO
FERNANDA GONÇALVES DE ARAUJO	22/09/2017 a 20/03/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 11 de outubro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocuradora-Geral de Justiça,

para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA N.º 484/2017-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DULCELINDA LOBATO PANTOJA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 7874/2014-MP/PJG, de 9 de dezembro de 2014,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de férias por servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	Nº DE DIAS	EXERCÍCIO	PERÍODO
ALEXANDRE AUGUSTO FERRAZ BEZERRA	5	2016/2017	27/11 a 01/12/2017
ALEXANDRE DA SILVEIRA SAMPAIO NETO	16	2014/2015	19/01 a 03/02/2017
ANIZE ELAINE DA SILVA MACHADO	21	2016/2017	18/10 a 07/11/2017
CESAR ROGERIO SILVA PINTO	30	2016/2017	02/05 a 31/05/2017
DANIEL FERNANDES RODRIGUES	19	2016/2017	16/10 a 03/11/2017
ERICA CINARA PEREIRA DOS SANTOS	30	2016/2017	08/11 a 07/12/2017
LAYSE GORETTI BASTOS BARBOSA	5	2009/2010	09/01 a 13/01/2017
MARCIO SARATIVA KALIFFE	26	2016/2017	10/07 a 04/08/2017
MARIA DE FATIMA DOS SANTOS BACELLAR	30	2016/2016	26/04 a 25/05/2017
MARIA VALERIA NONATO	19	2016/2017	11/09 a 29/09/2017
MOISES BARCESSAT	27	2016/2017	24/07 a 19/08/2017
NADIR REGINA ASSIS DE BARROS	19	2016/2017	17/07 a 04/08/2017
PAULO ANDRE SEAWRIGHT COELHO	18	2016/2017	12/06 a 29/06/2017

RAIMUNDO DE SOUZA MENDONCA FILHO	20	2016/2017	24/07 a 12/08/2017
REINALDO OLIVEIRA DA COSTA	30	2016/2017	17/07 a 15/08/2017
THAIS ALESSANDRA NUNES BASTOS	14	2015/2016	09/01 a 22/01/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 10 de outubro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa

Protocolo: 239334

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2017-MP/PA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos em imóveis do Ministério Público do Estado do Pará nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Barcarena, Capanema, Parauapebas, Redenção e Tucuruí.

ERRATA

Suprimir da minuta do contrato o item 10.2.37 e seu subitem: "10.2.37. A optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da assinatura do contrato, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

10.2.35.1. Caso a contratada, optante pelo Simples Nacional, não efetue a comunicação no prazo estabelecido na condição anterior, o Ministério Público do Estado do Pará, em obediência ao princípio da proibida administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações."

FUNDAMENTO

- Artigos 17 e 18 da Lei Complementar 123/2006:

"Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

[...]

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra; "

"Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º.

[...]

• 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

[...]

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

[...]

• 5º-H. A vedação de que trata o inciso XII do caput do art. 17 desta Lei Complementar não se aplica às atividades referidas no §5º-C deste artigo. "

- Solução de Consulta nº 6.048, de 03/11/2016, publicada no D.O.U. de 10/11/2016, que ratifica o posicionamento atual da Receita Federal quanto ao não alcance da vedação de ingresso no Simples Nacional para empresas de limpeza, ainda que com locação de mão-de-obra;

Fica mantida a data de abertura do certame, haja vista que as retificações não implicam em alteração na formulação das propostas financeiras.

Belém, 18 de outubro de 2017

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procuradora-Geral de Justiça

Protocolo: 239733